

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA REALIZADA A 29 DE ABRIL DE 2024.

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro pelas nove horas e trinta e cinco minutos no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, reuniu o Conselho de Ilha da Terceira em sessão extraordinária.

Nesta reunião estiveram presentes os seguintes conselheiros:

Presidentes de assembleias municipais:

- **Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha** – presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo. (Vice-presidente da Mesa).

Presidentes de câmaras municipais:

- **José Gabriel do Álamo de Meneses** – Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.
- **Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira** – Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória.

Membros eleitos pela Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo:

- **Carlos Henrique da Costa Neves.**
- **José Miguel de Freitas Toste.**
- **Marcelo Leal Pamplona.**

Membros eleitos pela Assembleia Municipal da Praia da Vitória:

- **José Adriano Meneses Laranjo, Valdemar Manuel Dias Toste.**

Presidentes de juntas de freguesia da ilha Terceira:

- **Maria Cecília Narciso Vieira Sousa Costa** – Presidente da Junta de Freguesia da Sé (AH).
- **Paulo Rui Pacheco de Sousa** – Presidente da Junta de Freguesia das Fontinhas (PV).

Representante do Governo Regional dos Açores:

- **Rui Miguel Mendes Espínola.**

Representantes dos setores empresariais:

- **Marcos Duarte Machado do Couto** – Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo. (Presidente da Mesa).

Representante das associações agrícolas:

- **Francisco Natálio Mendonça Ventura** – Associação Agrícola da Ilha Terceira.

Representante das associações não-governamentais ligadas ao ambiente:

- **Paulo José Mendes Barcelos** – Os Montanheiros.

Representante das associações de defesa da igualdade de género:

- **Raquel Azevedo Silva Cardoso Costa** – UMAR.

Deputados em representação da ilha Terceira na ALRAA:

- **Paulo Gomes** (PSD), **Nídia Inácio** (PSD), **Paulo Rui Chaves** (PSD), **Andreia Costa** (PS), **José Miguel de Freitas Toste** (PS), **Luís Leal** (PS), **Pedro Pinto** (CDS-PP), **Francisco Lima** (CHEGA), **Hélia Cardoso** (CHEGA).

Ausências justificadas:

- **Paulo Manuel Martins Luís** – Presidente da Assembleia Municipal da Praia da Vitória.
- **Nuno Alberto Lopes Melo Alves** – Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.
- **Maria Judite Gomes Parreira** – Assembleia Municipal da Praia da Vitória.
- **João Paulo da Costa Moniz** – Presidente da Junta de Freguesia de São Bento (AH).
- **Helga da Rocha Barcelos** – Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo.
- **Orivaldo Manuel Bettencourt da Costa Chaves** – UGT.
- **Vítor Silva** – CGTP.
- **João Canedo Reis** – URIPSSA.
- **Paulo João de Lemos Cabral de Sousa Fialho** – Universidade dos Açores.

Ausências não justificadas:

- **Valter Manuel Linhares Peres** – Assembleia Municipal da Praia da Vitória.
- **Paulo Rocha** – FRUTER.
- **Paulo Rogério Pereira de Melo** – Associação Terceirense de Armadores.

Deputados: **Luís Soares** (PSD), **Berto Messias** (PS).

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Conselheiro Marcos Couto (CCAH, presidente da Mesa): Muito bom dia a todos. Vamos dar início à nossa reunião do Conselho de Ilha que tem como objetivo a emissão de parecer sobre a anteproposta do plano e orçamento da região para 2024.

Ponto Único – Emissão de parecer sobre a Anteproposta de Plano e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2024.

Conselheiro José G. do Álamo de Meneses (presidente da CMAH): Muito bom dia a todos.

Faço uma curta intervenção para dizer que, do ponto de vista do plano e das propostas, pouca coisa aconteceu desde a última vez que nos pronunciámos sobre este documento. Se

quisermos ser consequentes, temos que dizer hoje o mesmo que dissemos há uns meses. Não há nada que se tenha alterado, portanto não me parece que valha a pena fazermos um debate que já fizemos sobre um documento que é essencialmente o mesmo. O parecer da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo mantém-se inalterado e faremos chegar à Mesa o mesmo memorando *ipsis verbis* que foi entregue na altura.

Conselheiro Paulo Gomes (deputado do PSD na ALRAA): Bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhoras e senhores conselheiros.

Estamos a analisar a anteproposta do plano e orçamento para 2024 que é em muito similar ao plano e orçamento que foi chumbado no passado mês de novembro. A anteproposta anterior foi analisada na última reunião do Conselho de Ilha mas algo mudou e muito porque, no passado dia 4 de fevereiro, os terceirenses mostraram estarem de acordo com esta anteproposta de plano e orçamento e a favor das políticas do Governo Regional. Este fator deve ser tomado em conta pelos senhores conselheiros porque é demonstrativo da vontade popular. Estando aqui a representar os terceirenses, devemos ir ao encontro das suas expectativas.

Conselheiro José G. do Álamo de Meneses (presidente da CMAH): Esta intervenção vem exatamente ao encontro do que eu disse, ou seja, este plano é essencialmente o mesmo. Estamos aqui a representar instituições, nalguns casos por eleição direta, mas se quisermos ser consequentes temos que voltar a dizer o mesmo porque não mudamos em função de resultados de eleições.

Há poucos anos, quando o Partido Socialista estava no governo, este Conselho de Ilha sob a minha liderança, pronunciou-se exatamente da mesma maneira em relação ao plano e orçamento da altura que, obviamente, também representava a maioria da vontade dos terceirenses. Para sermos consequentes não podemos mudar como o vento em função dos resultados eleitorais. Temos que ver se um documento é objetivamente bom ou objetivamente mau; como o mesmo não mudou, creio que a nossa análise também não deve mudar.

Conselheiro Paulo Barcelos (Os Montanheiros): Muito bom dia, caros conselheiros.

Não me revejo nas palavras do senhor conselheiro Paulo Gomes porque uma coisa não tem a ver com a outra e acho que devemos ser coerentes com a posição que tomámos na anterior reunião deste Conselho de Ilha. Tanto quanto me apercebi, o atual plano não mudou em relação ao anterior, o que significa que vamos ter as mesmas políticas e os mesmos projetos, por isso não vejo como poderemos votar de forma diferente.

Conselheiro José Toste (em representação da AMAH): Muito bom dia a todos os senhores conselheiros.

Tomo a palavra enquanto representante da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo. Remetemos a nossa atual posição para a que foi tomada anteriormente, até porque os argumentos que foram utilizados à época tinham a ver principalmente com o fator

de desagregação espacial das verbas, ou seja, as verbas eram desagregadas por ilha de forma a empolar o investimento que seria realizado na ilha Terceira, um problema que se mantém nesta anteproposta de plano.

Se este Conselho de Ilha não quiser ser apenas um joguete face aos resultados eleitorais, deve manter a sua posição seguindo um princípio de coerência. Recordo que na reunião anterior havia apenas duas posições: ou emitiríamos um parecer negativo ou não seria emitido qualquer parecer perante a falta de credibilidade daquele documento, uma decisão que acabou por ser tomada por unanimidade.

Tendo em conta que esta anteproposta de plano e orçamento é idêntica à anterior, sobre a qual nos pronunciámos, em nosso entender a posição do Conselho de Ilha deve ir no sentido da emissão de um parecer por mera remissão para a posição que foi tomada anteriormente. Subscrevo todas as posições que foram aqui tomadas no sentido de repetirmos o parecer que emitimos na reunião anterior do Conselho de Ilha.

Conselheiro Marcos Couto (CCAH, presidente da Mesa): Todos temos as nossas convicções pessoais e políticas, que são públicas e conhecidas, mas recordo os senhores conselheiros que estamos aqui para defender os interesses da ilha Terceira. Deixemos as querelas mais ou menos político-partidárias para outros fóruns onde, decerto terão todo o cabimento e legitimidade, seja ao nível camarário ou parlamentar.

Como sempre tenho defendido, a posição deste Conselho de Ilha deve ser objetivamente suprapartidária. Como acabou de referir o senhor professor Álamo, relembro a posição exemplar que este órgão tomou acerca dos investimentos na ilha Terceira quando estava outro partido no poder. Independentemente das nossas convicções político-partidárias, devemos evitar certas adjetivações, joguetes e até alusões a eleições para não entrarmos em posições de conflito que nada têm a ver com os objetivos deste Conselho de Ilha.

Conselheiro Paulo Gomes (deputado do PSD na ALRAA): Não poderia estar mais de acordo com o senhor presidente da Mesa. A minha intervenção não foi partidária e apenas constatei um facto. A última reunião do Conselho de Ilha foi em outubro, depois houve eleições e os terceirenses foram claros na sua avaliação, mostrando-se favoráveis ao plano e orçamento, porque toda a gente sabia que o mesmo voltaria a ser apresentado caso a coligação vencesse as eleições. Foi apenas isto que quis transmitir sem pretender entrar em questões partidárias e se alguém percebeu mal, peço desculpa.

Conselheira Hélia Cardoso (deputada do CHEGA na ALRAA): Há pessoas novas neste Conselho e tenho curiosidade em saber quais as críticas que foram feitas, por isso peço que façam um breve resumo porque é a primeira vez que aqui estou.

Pelo que li do plano e orçamento, não consegui identificar que verbas se destinam à ilha Terceira e acho curioso que tenham conseguido classificá-las de adequadas ou inadequadas em termos de grandes opções. Consta um montante para a Secretaria Regional da Saúde e

Segurança Social mas não sei que valores se destinam às unidades de saúde da Terceira. Se conseguirem identificar essas verbas no documento, eu agradeço.

Temos aqui a componente do investimento mas a atividade normal também precisa de ser adequadamente financiada, senão haverá constrangimentos. As escolas e os centros de saúde não vão funcionar devidamente se não tiverem os seus orçamentos correntes assegurados.

Conselheiro Rui Espínola (em representação do Governo Regional): Muito bom dia senhoras e senhores conselheiros.

Particpei anteriormente neste Conselho de Ilha enquanto deputado regional mas é a primeira vez que intervenho na atual legislatura. O senhor presidente incumbiu-me de representar o Governo Regional dos Açores no Conselho de Ilha da Terceira, o que faço com muito gosto por ser a minha ilha e com dois objetivos essenciais: transmitir-vos informações sobre algumas das vastas áreas da governação e levar as preocupações deste Conselho de Ilha junto do senhor presidente do Governo Regional para que os senhores secretários regionais com as respetivas tutelas as possam atender.

Da perspetiva do Governo Regional, este é um documento de continuidade e não faria sentido que não o fosse. Foi validado politicamente, apresenta um conjunto de políticas maioritariamente dirigidas às pessoas e menos investimento em betão e alcatrão. Ao longo dos últimos três anos, o Governo Regional procurou uma valorização dos nossos profissionais da área da saúde, da educação e da própria administração pública.

Este documento verte o programa do Governo e aquilo que foi sufragado pelos eleitores. Visa a capacitação dos nossos serviços públicos, a manutenção de um conjunto de apoios sociais como, por exemplo, o COMPAMID, o Complemento Regional de Pensão, o programa «Novos Idosos» que vai ser alargado a toda a região, os manuais escolares gratuitos, o reforço do apoio social das IPSS e dos ATL e o incentivo à criatividade e ao empreendedorismo.

O Governo Regional tem à sua conta um forte investimento no âmbito da habitação ao abrigo do PRR, que está também a decorrer na ilha Terceira, o apoio às infraestruturas da pesca, a manutenção dos pagamentos aos agricultores que eram feitos com os rateios do POSEI e agora do PEPAC, a mobilidade dos açorianos com a «Tarifa Açores» e o «Passe Açores 9 Ilhas» que vai ser apresentado brevemente, a capacitação dos nossos portos e aeroportos, a aposta no turismo que está à vista de todos, etc.

Este é um plano que visa a continuidade das políticas do passado, reforçadas do ponto de vista orçamental, sobretudo para as pessoas e menos alcatrão, uma realidade que tem mudado o paradigma da governação dos Açores. Não obstante o parecer que os senhores conselheiros possam dar, a verdade é que esta anteproposta de plano e orçamento desenvolve este conjunto de políticas e prevê uma verba desagregada global de 158 milhões

de euros, o equivalente a 17,7 % do investimento total desagregado da região, 22 % a mais do que em 2023.

Dos quatro concursos lançados para reabilitação de escolas, três ficaram de facto, desertos. Está previsto um conjunto de investimentos para a ilha Terceira, alguns já a decorrer e outros programados. De destacar a aerogare civil e a recuperação da habitação envolvente à base das Lajes, nomeadamente a escola e as casas que pertenciam aos americanos. Lembro ainda o investimento no TERINOV, no parque escolar da ilha Terceira, no porto da Praia da Vitória e num conjunto de valências sociais, nomeadamente na creche e no ATL de Santa Bárbara, na remodelação da creche da Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória, no Centro de Reabilitação de Pessoas com Deficiência da Santa Casa da Misericórdia de Angra, na Unidade de Cuidados Continuados, etc. Está também previsto o loteamento de São Brás, o circuito logístico que faz a ligação entre a Via Vitorino Nemésio e a Circular de Angra, um projeto do PRR que foi lançado a concurso este ano e do qual se espera a respetiva adjudicação, e ainda a reabilitação de estradas regionais.

Se esta não fosse uma anteposta de continuidade, o Governo estaria a ser incoerente com o que já fez e o que foi proposto aos açorianos. Lembro que os próprios terceirenses validaram estas propostas do Governo Regional.

Conselheiro José G. do Álamo de Meneses (presidente da CMAH): Na sequência da questão que foi lançada pela senhora deputada, lembro que estamos aqui para dar o nosso parecer sobre o plano e os senhores deputados é que farão o orçamento.

É preciso lembrar que a distribuição das verbas por ilha não é uma prática nova e foi pelas mesmas razões que tomámos uma posição semelhante sobre um plano de há uns anos. É feita uma inscrição irrealista de verbas por ilha para se compor um cenário na distribuição espacial que depois não corresponde a nada.

No quadro da desagregação espacial, «*Ponto 5.3 – Apoio Social*», estão previstos 7 266 000,00 € para São Miguel, sabendo-se dos problemas sociais que lá existem, enquanto para a ilha Terceira serão 6 832 000,00 €. O mesmo acontece para as escolas digitais, sendo que São Miguel tem cerca de 60 % dos alunos e a Terceira tem 20 %. Para São Miguel estão previstos 3,6 milhões de euros e para a Terceira 2,5 milhões.

Nas verbas que não têm uma desagregação física, empola-se numa ilha para que depois no total as coisas pareçam relativamente equilibradas. Esta tática já aconteceu nos planos por diversas vezes e achamos que não deve ser assim porque os valores devem refletir a realidade com uma métrica consentânea. A ilha de São Miguel, onde vive quase 60 % da população com uma percentagem ainda maior de problemas sociais, não pode ter uma verba praticamente igual à da ilha Terceira e acontece exatamente o oposto no que diz respeito às obras concretas que estão essencialmente em São Miguel.

Os investimentos que não têm uma desagregação espacial clara estão alocados na Terceira, na Graciosa ou em São Jorge, o que demonstra que este não é um problema

exclusivamente terceirense. É verdade que o Governo Regional poderá dizer que a desagregação espacial é apenas uma estimativa, não vincula nada e quando for publicado o plano e orçamento, este quadro nem sequer lá constará, mas está incorreta e é feita exatamente para ajudar a dar pareceres. Este assunto é antigo, já aconteceu nos tempos da governação socialista e fez com que este Conselho de Ilha tivesse optado por não se pronunciar sobre o plano. Agradeço a intervenção do senhor representante do Governo Regional ao dizer que tudo se mantém, uma coerência que é de louvar e que teremos também do nosso lado.

Conselheiro Carlos Costa Neves (em representação da AMAH): Cumprimento todas as senhoras e os senhores conselheiros aqui presentes.

Começo por manifestar a minha tristeza e frustração perante um tão grande número de ausências nesta reunião do Conselho de Ilha, o que vai de encontro a algo que já aqui disse. Se, em termos de impacto público e político, este Conselho de Ilha já me parece bastante abaixo do que entendo que deveria ser, com a ausência dos representantes das chamadas forças vivas, tudo isto se esvazia ainda mais por responsabilidade nossa. Eu próprio já faltei, portanto estou a fazer uma crítica na qual me incluo.

Na minha perspetiva, o Conselho de Ilha deveria ter mais valorização, nomeadamente em relação a esta questão do plano. Pressinto que a Assembleia Legislativa Regional não atribui grande importância a este órgão e não considera os seus pareceres relevantes. Se os considera, tal não é transmitido para a opinião pública e também não me parece que os órgãos de comunicação social nos valorizem significativamente.

Se entendemos que a nossa autonomia se baseia num princípio primordial que é fazer ouvir as vozes de todas as ilhas, procurando o seu desenvolvimento harmonioso, temos aqui um real problema e começamos a falar em circuito fechado. Os senhores que vêm da Praia da Vitória, ligados à Câmara e à Assembleia Municipal, fizeram ou vão fazer a sua reunião a breve prazo, a Assembleia Municipal de Angra reuniu no passado dia 24 de abril, os senhores deputados vão entrar em reuniões de comissão e em plenário para discutirem o plano e o orçamento e nós aqui estamos mais ou menos a debater em circuito fechado.

Quem representa o concelho de Angra conhece as minhas opiniões e críticas, assim como conheço as posições deles; o mesmo se passará na Praia da Vitória e os senhores deputados estão aqui, em princípio para ouvirem, porque deverão transmitir as posições do Conselho de Ilha à Assembleia Legislativa Regional. Contudo, quero destacar um progresso, dado que me parece ser a primeira vez que aqui temos um representante do Governo Regional, uma pessoa que certamente também transmitirá as preocupações que aqui forem levantadas.

Após esta minha intervenção, de certo modo introdutória, quero levantar uma outra questão ainda dentro da perspetiva do plano. Cada vez mais se acentuam as competências que correspondem às autarquias locais e ao poder regional. Neste momento as câmaras

municipais e o Governo Regional têm competências na habitação, na ação social e nas áreas da educação, da cultura e do desporto.

A experiência e os livros ensinam que o empastelamento de competências resulta numa de três coisas: ou existe uma concorrência entre as diversas instituições, o que denota a falta de uma linha política, as duas áreas põem o corpinho de fora quando as questões são mais custosas, ou há um cruzamento de competências que resulta obviamente num conflito de ações.

Um determinado organismo recorre ao Governo Regional e é mal atendido ou, segundo a política do Governo, a questão deve ser tratada noutra local, por isso vai-se à Câmara Municipal que a considera importante para o concelho e financia. Pode também acontecer o inverso em que a Câmara entende que a questão não corresponde à sua linha de atuação e remete para o Governo Regional, que acaba por compartilhar; isto porque já não há Ministro da República, senão ainda iam arranjar umas viagens para aqui e para ali e uns apoios aqui e acolá. Em tempos de conflito regional, era muito comum recorrer-se à última casa que era o Ministro da República. Ainda houve muitas viagens de grupos a Macau, já depois de um Ministro da República ter cessado as suas funções.

Resumindo e dirigindo-me aos senhores deputados, este empastelamento deve ser olhado com um certo cuidado porque se tem vindo a reforçar, aumentando a área de conflito de competências.

Nesta anteproposta de plano nem é tudo mau, nem é tudo bom. Confesso que não me recordo do parecer de há dois anos e a senhora deputada tem toda a razão quando diz que está aqui de novo e não faz ideia do que foi o parecer anterior. Penso que conseguiria obtê-lo na Assembleia Legislativa Regional, caso ainda esteja disponível.

Conselheiro Domingos Cunha (presidente da AMAH, vice-presidente da Mesa): Muito bom dia senhor presidente, senhoras e senhores conselheiros.

Passo a ler o referido parecer do Conselho de Ilha que foi remetido à Assembleia Legislativa Regional no dia 30 de outubro de 2023:

«Anteproposta de plano para a região autónoma dos Açores para 2024.

No seguimento da vossa comunicação de 1 do corrente, respeitando ao assunto em epígrafe, informa-se que o documento em questão foi presente à reunião ordinária do Conselho de Ilha da Terceira realizada a 23 do corrente, que deliberou:

Tendo em conta o histórico de execução e o irrealismo do documento, nomeadamente no que diz respeito à desagregação espacial das verbas, o Conselho de Ilha da Terceira entende por unanimidade, não se pronunciar sobre o mesmo.

Não obstante o anterior descrito, anexam-se a este parecer, os pareceres das diferentes entidades e personalidades que compõem este órgão e o solicitaram.

Angra do Heroísmo, 30 de outubro de 2023.»

Conselheiro Carlos Costa Neves (em representação da AMAH): Agradeço a informação que me parece relevante. Infelizmente, não participei na referida reunião do Conselho de Ilha que emitiu este parecer e a proposta que agora temos em cima da mesa é para darmos um parecer idêntico. Formalmente, a decisão tem lógica, embora eu tenha uma certa reserva que algumas posições que aqui tomamos, não tenham expressão.

Estou obviamente preocupado com certos investimentos, como as estradas e outros, mas entendo que é preciso clarificar algumas políticas. O porto da Praia da Vitória é fundamental mas não é a sua construção física que essencialmente importa, se não houver uma política de transportes marítimos que reequilibre a forma como as cargas são distribuídas nos Açores. O porto cresce, fica bonito e dá-nos algumas possibilidades, mas não me parece assim tão relevante se a política de transportes continuar no sentido da sucessiva concentração de respostas e de meios numa das ilhas dos Açores e o mesmo se diga de outros investimentos.

É conhecida a minha posição de que o compromisso primordial da autonomia precisa de um reequilíbrio. Sei que a vida económico-social dos açorianos é dinâmica, mas há certos compromissos de partida que não são dinâmicos, ou seja, não podemos ter três distritos autónomos num dia (Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada) e que a capital seja Ponta Delgada no dia seguinte.

Não tenho grandes condições para me pronunciar porque não estive presente no debate anterior, de que este faz espelho. Assim sendo e se me dizem que defendem a emissão de um parecer igual ao anterior, preparo-me para me abster mas não queria deixar de partilhar convosco estas questões e decisões políticas que, por vezes, parecem nada ter a ver com investimentos. Desculpem a expressão menos elegante, mas existe um certo empastelamento de competências entre as autarquias locais e o Governo Regional, que dá para muitos jogos de bastidores, algo que não favorece ninguém.

Conselheiro Francisco Lima (deputado do CHEGA na ALRAA): Muito bom dia senhores conselheiros.

É a primeira vez que aqui estou e, tal como a minha colega, não acompanhei o anterior debate. Olhando para os números desta anteproposta, é uma questão de um ato de fé porque vai haver ainda muita negociação.

Contrariamente ao que disse o senhor deputado Paulo Gomes, a situação eleitoral é uma questão de matemática. A coligação das eleições de 2020 resultou de um cenário exatamente igual ao deste ano e tem o mesmo número de deputados, por isso vai ter que negociar, e essa questão de os terceirenses estarem muito contentes com o sufrágio, não é o que ouço nas ruas. Uma coisa são as eleições e as propostas que foram apresentadas, a outra é este Conselho de Ilha e o facto de a ilha Terceira ter realmente problemas estruturais graves.

Este plano é ambicioso ao nível da despesa, mas depois é preciso ter em conta as taxas de execução; além de estar mal concebido, há aqui situações ridículas no que diz respeito à desagregação. Se estão todos de acordo que este Conselho de Ilha deve dar um sinal claro e evidente ao Governo Regional, que este documento está mal elaborado, então devem votar contra. Usando uma expressão popular, isso de «não ser carne nem ser peixe» não agrada a ninguém. Num ato de fé podem votar a favor, mesmo sabendo que o documento está mal concebido; se acham que está mal concebido e não vai ser executado, então acho que deviam votar contra.

Existe muita burocracia desde as verbas do PRR à questão dos concursos públicos, que ficam desertos por falta de empreiteiros e de mão-de-obra. Ao nível dos investimentos agrícolas, há um mau funcionamento na própria administração com direções regionais completamente inoperantes onde existe alguma incompetência.

Há também uma burocracia atroz e atrasos nos licenciamentos devido a leis cada vez mais exigentes. Estamos a caminhar num sentido em que, qualquer dia não se pode fazer nada em lado nenhum e a ilha Terceira é também vítima deste problema burocrático do país. Com a recente lei da habitação, se for preciso já se passa por cima de tudo para se tentar cumprir um conjunto de leis cada vez gravosas e danosas que estrangulam a economia.

A aquisição da grua do porto da Praia da Vitória foi um processo penoso que durou quase vinte anos e ao fim de menos de quatro anos tem estado sempre avariada devido a má manutenção e à incompetência da «Portos dos Açores». Qualquer privado que adquira uma máquina por mais de dois milhões de euros, não a pode ter sempre avariada em menos de quatro anos.

Os preços da descarga do cereal na ilha Terceira são mais caros do que em São Miguel, uma promessa do PSD em relação à qual nada foi feito, como disse e muito bem o senhor conselheiro Rui Espínola que está aqui presente no debate. Quem der uma volta pela ilha Terceira pode ver que as estradas estão uma desgraça e os caminhos agrícolas mais parecem caminhos de cabras. Devido à má conceção, aquela obra que foi feita na aerogare das Lajes, foi uma desgraça total que agora está em degradação profunda. Apesar de serem feitas por uma empresa privada, as ligações inter-ilhas poderiam ser contempladas pelo PRR, mas houve má gestão e parecia que o PRR era para um conjunto de amigos. Houve polémica na altura, uma componente do PRR destinada à ilha Terceira correu mal, perdemos essas verbas e não nos podemos candidatar.

Não posso deixar de dizer que não sou muito otimista em relação à ilha Terceira. Embora um deputado da Terceira seja um deputado dos Açores, na parte que me toca vou fazer o possível na negociação do orçamento regional. Tenho aqui o parecer do Tribunal de Contas e é preciso que neste momento se fale a verdade. O Governo Regional tem as suas dificuldades e não podemos esquecer o garrote que o Governo da República fez aos Açores de forma irresponsável com a retenção de verbas do furacão Lorenzo, o que fez com que não tenha havido mais ambição nas execuções porque as coisas não andam sem dinheiro.

O senhor professor Álamo fez aqui uma introdução muito assertiva sobre este documento; sendo assim tão mau, pergunto porque não votaram contra.

Conselheiro Marcos Couto (CCAH, presidente da Mesa): Cada navio paga mais 15 mil euros no porto da Praia da Vitória do que no porto de Ponta Delgada, uma questão muito antiga que este Governo também não mudou, apesar de ter sido alertado cerca de dez vezes pela Câmara do Comércio. Das cinco taxas existentes nas marinas e portos dos Açores, quatro foram mudadas menos esta, porque mexe claramente com a competitividade entre os portos da Praia da Vitória e de Ponta Delgada. O senhor Diretor Regional Rui Coutinho tem indicações claras para não mexer nisto, apesar de termos alertado oralmente e por escrito para que o fizesse. O senhor presidente, o senhor vice-presidente do Governo e os senhores secretários estão todos a par destas questões que têm a ver com a competitividade do porto da Praia da Vitória.

Concordo com o que o senhor conselheiro Carlos Costa Neves disse acerca da desvalorização do Conselho de Ilha. Aproveitando a presença dos senhores deputados, informo que a Câmara do Comércio fez uma proposta no sentido de se criar uma câmara alta no parlamento regional em que os Conselhos de Ilha tivessem presença para que cada ilha pudesse também exercer um voto. Após três legislaturas, foi criada a CEVERA (Comissão Eventual para a Reforma da Autonomia), que agora dá pelo nome de Comissão Eventual para o Aprofundamento da Autonomia, mas nunca ninguém conseguiu fazer uma revisão ao regimento do parlamento regional. Esta seria uma ótima forma de valorizar os Conselhos de Ilha e levaria também a uma maior estabilidade governativa. Essa câmara alta teria umas funções mais amplas na aprovação do próprio orçamento, nós não ficaríamos sujeitos aos resultados das eleições e os Conselhos de Ilha teriam outra importância, mesmo ao nível da autonomia.

Ao longo dos últimos anos, o senhor professor Álamo de Meneses tem alertado para o movimento do municipalismo a nível nacional, que os Açores continuam a ignorar. Mais cedo ou mais tarde, esta realidade terá que chegar aos Açores e seria uma forma de os Conselhos de Ilha e as várias instituições terem alguma autonomia para se valorizarem. Seria importante que o parlamento regional começasse a olhar devidamente para esta realidade que é crescente a nível nacional. As diversas instituições, incluindo a própria Câmara do Comércio, têm que procurar apoio junto das câmaras municipais porque a autonomia falhou neste e em muitos outros campos.

Conselheiro José G. do Álamo de Meneses (presidente da CMAH): Subscrevo também o que foi dito pelo senhor conselheiro Carlos Costa Neves e acrescento que esta é uma matéria de extraordinária relevância.

Estamos a aproximar-nos rapidamente dos cinquenta anos de autonomia, que vai ficando crescentemente desajustada da realidade de cada uma das ilhas, um desajustamento perigoso que leva à desvalorização deste órgão que, em tempos, teve uma grande relevância.

Se olharem à volta, não verão ninguém da comunicação social, o que demonstra aquilo a que chegámos em termos da evolução da importância deste Conselho de Ilha.

Do meu ponto de vista, o melhor é acabarmos com estes órgãos e criarmos as comunidades intermunicipais como fizeram no continente. Nas ilhas com mais de um concelho, a assembleia da comunidade intermunicipal poderia substituir com toda a vantagem, enquanto nas ilhas com apenas um concelho, essa competência seria transferida para as respetivas assembleias municipais. Nada impede que isto seja feito, basta criar uma anteposta de lei para apresentar à Assembleia da República e resolver de vez esta equação. Este órgão é claramente redundante face à verdadeira atividade dos municípios e as competências que, entretanto, foram obtendo.

O senhor conselheiro Carlos Costa Neves usou e com razão, o termo «empastelamento» que não é saudável para os municípios nem para a autonomia. A lei de transferência de competências tem um artigo que diz que nas regiões autónomas a transferência de competências será feita por anteposta de lei a aprovar pelos respetivos parlamentos regionais.

Neste momento o grande desafio é a Assembleia Legislativa Regional tratar deste assunto porque se resolveriam duas questões ao mesmo tempo: a crescente irrelevância deste Conselho de Ilha e a questão das constantes acusações de bairrismo. Se, cada uma das ilhas tivesse a capacidade de resolver autonomamente um conjunto de questões, desde as estradas até às infraestruturas mais básicas, não estaríamos aqui a apontar o dedo a São Miguel, nem São Miguel a apontar o dedo à Terceira porque, o que aqui dizemos, é o espelho do que lá se diz. Em casa onde não há pão, todos ralham e ninguém tem razão e ao ouvirmos o nosso Conselho de Ilha, estamos a ouvir nos outros, a mesma realidade.

À semelhança do que está a acontecer de forma vantajosa no continente, as autarquias podem assumir essas competências, o que não belisca a autonomia que tem que estar num nível superior, senão qualquer dia vale menos do que uma autarquia do continente. A salvação da autonomia passa por transferir para o nível autárquico, as questões operativas e de gestão de infraestruturas, assumindo a um nível autonómico, as competências que devem ser criadas por desagregação das competências do Estado e não por assunção das competências das autarquias.

Não queremos transformar a nossa autonomia numa câmara municipal em ponto grande com menos competências do que a câmara municipal de uma vila qualquer do continente, o que está objetivamente a acontecer. Olhem para o acervo de competências das câmaras municipais do continente e digam lá se o nosso Governo Regional não é já um executivo municipal de uma camarazinha qualquer.

Outra situação que é preciso resolver também é o número excessivo de deputados que compõem o nosso parlamento. Estas são questões urgentíssimas para a sobrevivência da nossa autonomia.

O objetivo desta reunião do Conselho de Ilha é a discussão do plano e orçamento. Peço desculpa à Mesa por me estar a meter em territórios que estão muito longe da nossa Ordem de Trabalhos, mas se não abordarmos o assunto com esta frieza, com certeza vamos dar-nos muito mal a curto prazo.

Lamento a posição que o senhor conselheiro Carlos Costa Neves assume em relação ao nosso parecer. Em anos anteriores fizemos uma negociação em que todos tivemos a coragem de assumir posições, mesmo não sendo simpáticas para o nosso partido, e toda a gente sabe a que partido pertença. Tomámos aqui posições muito duras em relação ao Governo do Partido Socialista e não nos refugiámos na abstenção. Lamento esse tipo de desvio em relação à luta que tem sido travada por este Conselho de Ilha no sentido de sermos unânimes naquilo que efetivamente interessa à ilha Terceira. Percebo que o senhor conselheiro Carlos Costa Neves não tenha estado presente na sessão anterior mas hoje o parecer é outro, estamos aqui para o debater e seria interessante que este Conselho de Ilha conseguisse mais uma vez atingir posições de unanimidade que só reforçam a ilha Terceira.

Conselheira Andreia Costa (deputada do PS na ALRAA): – Muito bom dia senhor presidente e caros conselheiros.

Como já foi aqui dito, os motivos para a tomada de posição do Conselho de Ilha tiveram essencialmente a ver com razões de credibilidade dos documentos, assentes em dois fatores: em primeiro lugar havia um empolamento dos meios de financiamento da região que faziam denotar a impossibilidade de execução dos investimentos previstos. Um segundo fator tinha a ver com o histórico e a fraca capacidade de execução que o Governo vinha demonstrando ao longo dos últimos anos, o que me levou a dizer por diversas vezes que seria importante para a nossa ilha e para a região, que este Conselho de Ilha se reunisse para debater as execuções de anos anteriores.

Tivemos oportunidade de falar noutras reuniões do Conselho de Ilha sobre a relevância deste órgão, uma questão que foi aqui levantada e muito bem. É sempre possível revermos a legislação existente, mas antes é preciso garantir que a mesma seja implementada. De acordo com o que está definido no Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores, o Governo Regional está obrigado a reunir com os Conselhos de Ilha uma vez por ano e, que eu saiba, não o fez nos últimos quatro anos com o Conselho de Ilha da Terceira, denotando desde logo problemas na implementação do estatuto em vigor. Mais do que exigir mudanças ao atual estatuto, é importante garantir que o mesmo seja cumprido.

A transferência de competências das regiões para os municípios é um assunto central para o desenvolvimento do país e da região, um dos temas que estava incluído no plano de trabalhos da anterior CEVERA (Comissão Eventual para a Reforma da Autonomia) e da última, a Comissão Eventual para o Aprofundamento da Autonomia. Segundo sei, houve cinco iniciativas legislativas que foram aprovadas na Assembleia Legislativa Regional por iniciativa desta comissão, tendo uma delas a ver com a eleição para o parlamento europeu e uma outra com questões de proteção civil. Os trabalhos estavam a decorrer em novembro e penso que

estavam pendentes duas dessas iniciativas que são essenciais. Uma tinha a ver com a transferência de competências das regiões autónomas para os municípios e a outra era relativa à revisão do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores, mas ambas ficaram incompletas.

Conselheira Nídia Inácio (deputada do PSD na ALRAA): Muito bom dia a todos os senhores conselheiros.

Subscrevo também as palavras do senhor conselheiro Carlos Costa Neves relativamente à desvalorização dos Conselhos de Ilha. Os deputados regionais aqui presentes não têm direito a voto mas existe uma ala que não está aqui a título individual e representa diversas instituições, comunidades e empresas. Se calhar, deveria haver uma melhor divulgação futura destas reuniões que decorrem durante o horário normal de trabalho, o que também dificulta a presença de alguns membros efetivos deste Conselho, assim como o público em geral que poderia estar aqui junto a nós.

Estamos aqui a apreciar a anteproposta de plano e orçamento para a região que foi apresentada pela Coligação (PPD/PSD – CDS-PP – PPM) e não estamos a discutir o orçamento. Como disse e muito bem o senhor representante do Governo Regional, doutor Rui Espínola, este plano tem como intenção uma estratégia para o desenvolvimento dos Açores e da nossa ilha, dando continuidade aos projetos iniciados na legislatura anterior e a outras medidas que trarão bem-estar às famílias. Primeiro estão as pessoas e as empresas e foi sempre este o discurso.

Os eleitores concordaram e deram um voto de confiança à Coligação. Foram já referidos aqui alguns projetos que deixaram as pessoas satisfeitas como a baixa de 30 % do IRS, do IVA e do IRC. É bom lembrar que os açorianos pagam impostos mais baixos do que em Portugal continental.

A «Tarifa Açores» foi uma medida excecional que pôs as pessoas a circularem entre as ilhas, os programas «Novos Idosos» e «Nascer+» foram inovadores e serão alargados e a valorização das carreiras profissionais é algo que me toca pessoalmente. Há quantos anos os professores não conseguiam progredir nas suas carreiras? Não foi possível a nível nacional mas, na região, o pessoal docente e não docente viu as suas carreiras valorizadas, assim como os profissionais da saúde.

As pessoas acreditaram em nós. Houve um aumento de 75 % no investimento do «Eco-freguesias» e a requalificação do Centro Interpretativo do Algar do Carvão está em processo. As creches gratuitas, o aumento dos ATL, a simplificação do COMPAMID para os nossos idosos, a distribuição dos manuais escolares e as bolsas de estudo são medidas boas para a ilha Terceira. O aumento do Complemento Regional de Pensão estava congelado há muito tempo, houve uma diminuição do número de beneficiários do RSI aqui na Terceira e o emprego aumentou.

Todos os que aqui estão presentes têm conhecimento de pessoas com problemas oncológicos que tiveram que ir para São Miguel e para o continente viver em quatinhos com um familiar e agora conseguem fazer os tratamentos na sua ilha. As pessoas dizem que foi a melhor coisa que lhes pôde acontecer.

Não podemos estar aqui a dizer que é tudo mau neste plano e orçamento. Em 2024 continua a simplificação do COMPAMID, o aumento do Complemento Regional de Pensão, o tal cheque pequenino, a alteração da avaliação da função pública e o fim das quotas para a progressão das carreiras. Sou terceirense de gema e estou a falar de benefícios para os terceirenses.

Adquirimos um edifício para dar resposta ao Centro de Alojamento Temporário da Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória e tenho pena que o doutor João Canedo Reis não esteja aqui para o confirmar. Foram feitas obras de adaptação no Centro de Acolhimento da Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória, é também uma realidade, a aquisição de moradias para a resposta social da Casa de Acolhimento do Grupo Social de Santo Agostinho e foram atribuídas quinze viaturas elétricas a diferentes instituições desta ilha. Tudo isto é muito bom para a ilha Terceira.

Se calhar temos que melhorar muitas pontas aqui. A ampliação da aerogare vai devagar mas está a ser pensada e feita. Está a ser feito um investimento no porto da Praia da Vitória, a reabilitação do bairro dos americanos, dando oportunidade aos nossos jovens casais, a recuperação da antiga escola americana e a segunda fase de construção do TERINOV. Como disse o senhor Diretor Regional, Rui Espínola, as obras são postas a concurso com falta de empreiteiros e as câmaras municipais sabem que as coisas não estão fáceis por falta de pessoal para trabalhar nas obras.

Será dada continuação ao projeto do Centro Interpretativo Ambiental do Algar do Carvão e vai ser feito o lançamento do concurso da empreitada da Unidade de Cuidados Continuados do Lar D. Pedro V. Devido à elevada procura, está em fase de projeto, a ampliação e remodelação da creche Mãe de Deus da Cáritas da Ilha Terceira e a reabilitação e readaptação do edifício da AFARIT na Ladeira de São Francisco está também em fase de análise de orçamento.

A construção da creche e ATL de Santa Bárbara é muito importante também para as freguesias vizinhas, salvaguardando o lado oeste da ilha. Está também prevista a criação do centro de atendimento, acompanhamento e reabilitação social para pessoas com deficiência da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, um projeto para a Unidade de Cuidados Continuados no Recolhimento Jesus Maria José e está a decorrer a empreitada de construção de treze moradias no loteamento de São Brás que, se tudo correr bem, estará finalizada em 2025.

Este Governo de Coligação quer continuar o progresso e o desenvolvimento harmonioso da ilha Terceira, que escolheu claramente e acreditou neste projeto. É reconhecido a este

Governo, um perfil respeitador e dialogante porque ouvem as pessoas, fazem um debate plural e democrático e respeitam a sua dignidade.

Todos sabemos que os tempos não estão fáceis. Estamos a viver no meio de duas guerras em que tudo aumenta e nada é fácil, mas vale a vontade de fazer mais e melhor para vencermos os desafios com que somos confrontados. A ilha Terceira merece o nosso empenho e paixão.

Conselheiro Marcos Couto (CCAH, presidente da Mesa): Quando fazemos este tipo de intervenção devemos ter sempre em atenção que a ilha Terceira necessita de investimento reprodutivo. Se critiquei o anterior Governo quanto à subsidiação, nada se altera neste. Mantemos a mesma política de dependência com muito pouco investimento reprodutivo, por isso não vamos crescer e temos que começar a pensar a Terceira e os Açores de forma diferente. Com todo o respeito pela sua intervenção, nada do que a senhora deputada referiu cria riqueza; zero.

As empresas são as únicas entidades que criam riqueza e continuamos a manter a subsidiação, o que muito me preocupa numa perspetiva holística de desenvolvimento dos Açores. Continuamos sem perceber que é a iniciativa privada e os investimentos reprodutivos, nomeadamente os transportes e as infraestruturas, que alavancam a economia, o que, no meu modesto entender, continua a não acontecer.

Temos que começar a mudar a mentalidade e perceber que os Açores precisam de iniciativa privada para crescerem. Como presidente do Conselho de Ilha e de uma Câmara do Comércio, tenho que incentivar sempre a iniciativa privada.

Conselheiro Rui Espínola (em representação do Governo Regional): Tomei boa nota das preocupações que foram aqui transmitidas. Em relação à desagregação espacial, confesso que não fui junto das finanças tentar perceber a forma, que me parece uma prática de muitos anos, mas a verdade é que há investimentos centrados na Terceira e não nas restantes ilhas, como é o caso do «Hospital Digital» que terá repercussões a nível regional. Os projetos pedagógicos estão também centrados nesta ilha, o que depreendo que tenha a ver com a sede da Secretaria Regional, assim como a promoção do «Destino Açores» está centrado na Secretaria Regional do Turismo com sede em Ponta Delgada, São Miguel. Podemos discordar em relação ao critério da desagregação espacial, mas não posso, de modo algum, concordar que o plano esteja mal feito.

Nada tenho contra o facto de os Conselhos de Ilha debaterem a execução do plano, mas proponho que esse debate seja feito no âmbito de uma execução completa de final de ano e não de execuções trimestrais ou semestrais que suscitam visões enviesadas. Na própria Assembleia Legislativa Regional fazem-se muitas vezes debates semestrais que não permitem uma avaliação correta da realidade, já que muitos dos investimentos têm a sua execução na segunda metade do ano.

Quanto à iniciativa privada enquanto meio de desenvolvimento económico, creio que todos aqui concordamos com essa visão porque são, de facto, as empresas que criam emprego e geram riqueza, mas a verdade é que este Governo Regional tem também tomado um conjunto de medidas para tal; veja-se a «Tarifa Açores» que é o melhor exemplo de equilíbrio e desenvolvimento harmónico a nível regional. Acredito que esta política deva ser continuada, um exemplo efetivo de uma medida que a anterior legislativa tomou para promover o desenvolvimento económico, assim como outras através da implementação dos fundos comunitários, atualmente com o PRR, e nos próximos tempos com o PO Açores 2030.

Conselheiro José G. do Álamo de Meneses (presidente da CMAH): A intervenção da senhora deputada Nídia Inácio é mais ao jeito de comício do que uma reunião do Conselho de Ilha. Agradecemos esta listagem, mas a questão tem a ver com aqueles investimentos centrais e importantes e é preciso quebrar um bocadinho esta ideia que o betão é mau e é apenas bom investir nas pessoas. O ideal seria obter o equilíbrio, algo que infelizmente não se tem conseguido nesta região. Faço minhas as palavras do senhor presidente da Mesa porque precisamos de investimento reprodutivo naquilo que reduz os custos de contexto, como por exemplo as estradas, que têm um efeito importante no desgaste das nossas viaturas e na circulação de bens na ilha.

As questões das acessibilidades, que são fundamentais para esta ilha, continuam esquecidas. Vemos todas as semanas a inauguração de mais um voo de qualquer lugar para Ponta Delgada e o desaparecimento de uma ligação para a Terceira sem que ninguém pareça importar-se com isso. Estas é que são as questões nucleares.

Fico satisfeito por saber que se aumentou tanto o «Eco-freguesias», ou seja, uma percentagem muito grande de coisa nenhuma, continua a ser coisa nenhuma, como determinam as regras da matemática. A questão fundamental é olharmos para o que é estruturante para a ilha Terceira e é esse o problema que aqui temos.

Quanto à distribuição, o senhor representante do Governo Regional acabou por nos dar razão e demonstrar que, de facto, não está bem feita. Para que fique claro, a culpa não é deste Governo, é uma má tradição que vem dos confins do tempo e está na altura de se dividir as coisas *per capita* senão, qualquer dia a subsidiação aos voos estará numa ilha só, apesar de voarmos todos. Essa até está bem distribuída, não sei bem porquê.

Não há uniformidade num conjunto de critérios. Nuns casos distribui-se, noutros isso não acontece, o que não interessa rigorosamente nada porque não tem qualquer valor legal. Esta é apenas uma tabela informativa e o que importa é o que se venha efetivamente a executar, o que vai ser também muito complicado porque aí a tradição é também antiga, a execução será por projeto e nunca mais ninguém vai saber em que ilha se gastou o dinheiro. Existe uma falta de transparência muito antiga que é preciso resolver e passa por alterações estruturais que foram já aqui referidas.

Se este Conselho quer ser consequente consigo próprio tem que dizer o que sempre disse perante aquilo que continua a ser a mesma coisa; contudo, somos gente livre e

podemos andar aqui a mudar em função dos partidos, mas devemos assumir que é isso que estamos a fazer.

Conselheiro Marcelo Pamplona (em representação da AMAH): Muito bom dia senhores conselheiros.

Não consigo perceber o ponto da situação da execução deste plano. Estamos já no mês de abril, a aprovação deste plano no parlamento regional acontecerá lá para junho ou julho e estamos a funcionar com duodécimos de 2023 que representam uma percentagem do plano de 2024. Vamos dar o nosso parecer sobre um plano que, decerto já tem alguma execução, por isso, do valor total do plano para 2024, gostaria de saber o que já foi executado até este momento.

Conselheiro Marcos Couto (CCAH, presidente da Mesa): Gostaria de lembrar os senhores conselheiros que este Conselho de Ilha não tem competências para a emissão de parecer sobre a execução do plano; no entanto, os senhores deputados têm competências para alterarem o decreto legislativo regional que regulamenta este órgão.

Quero expressar aqui algo que tem sido discutido ao nível das câmaras do comércio com enorme preocupação, que é o aumento da despesa pública por via da constante contratação de mais funcionários para a, já pesada máquina administrativa regional, uma concorrência quase desleal para com a iniciativa privada. Em vez de uma aposta no investimento reprodutivo, o que vemos é uma maior internalização de serviços. A falta de mão-de-obra é um problema grave e a iniciativa privada está a ficar para trás.

Conselheiro Pedro Pinto (deputado do CDS-PP na ALRAA): Muito bom dia senhor presidente da Mesa, senhoras e senhores conselheiros.

O senhor conselheiro Álamo de Meneses, presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, referiu na sua primeira intervenção que, pouco tem sido feito nos últimos meses, o que se deveu ao chumbo do orçamento pelos partidos da oposição em novembro passado, deixando a região a marcar passo. Não me refiro ao Partido Socialista porque não é o único partido da oposição parlamentar na ALRAA. Toda a oposição parlamentar chumbou o orçamento, julgando ver ali uma oportunidade para inverterem eleitoralmente a composição do parlamento dos Açores e, conseqüentemente do próprio Governo, fazendo com que a região ficasse a marcar passo neste primeiro trimestre do ano. Tratando-se de um Governo da mesma Coligação que segue as políticas do último mandato, é perfeitamente normal que o plano que agora é apresentado seja um plano de continuidade e não de rotura.

A Coligação decidiu recentrar a política dos Açores nas pessoas em vez do betão, como era tradição nas legislaturas anteriores, por isso é perfeitamente natural que encontremos neste plano, mais ações e verbas dedicadas às pessoas do que ao betão e à construção de infraestruturas. Contudo, e como foi referido pela senhora deputada Nídia Inácio, é preciso salientar que na ilha Terceira estão a ser implementados projetos na área da habitação, como a urbanização em São Brás, o bairro dos americanos Nascer do Sol ou o bairro de Nossa

Senhora de Fátima. É também público e assumido pelo Governo Regional, o projeto de ampliação e remodelação da aerogare civil das Lajes e o projeto para a ampliação do cais do porto da Praia da Vitória mas, como bem sabem, estas obras não nascem da noite para o dia. Eu era já membro deste Conselho de Ilha eleito pela Assembleia Municipal da Praia da Vitória quando, numa reunião realizada no Centro de Formação do Belo Jardim na Praia da Vitória, este Conselho de Ilha decidiu pela primeira vez não dar parecer ao plano regional anual com base no argumento de que o mesmo era a repetição de muitos outros que o antecederam onde, sistematicamente, apareciam sempre as mesmas obras que não passavam do plano, portanto não tinham implementação no terreno. Era o caso do Porto das Pipas, que neste momento está em fase de finalização, entre muitas outras obras.

Neste momento o cenário não é diametralmente diferente mas há diferenças, sobretudo ao nível da habitação. Naquele tempo a urbanização de São Brás não passava de uma propaganda e uma miragem e já foi lançada a primeira pedra. As obras do bairro de Nossa Senhora de Fátima na Praia da Vitória eram apenas propaganda eleitoral, neste momento a segunda fase está concluída e foi lançado o concurso para a empreitada da terceira e última fase de construção das 39 habitações e demolição das que ainda restam. O bairro dos americanos que estava ao abandono, tem já lançado o concurso para a empreitada de reabilitação e está tudo contratualizado para a obra do Centro Interpretativo do Algar do Carvão, que não pode avançar neste momento devido ao início da época alta, já que iria perturbar a visita daquele local, causando um impacto negativo na perceção que os turistas levariam da nossa ilha.

Há uma ténue mudança na implementação de obras no terreno e de ações de planos anteriores. Há uns anos pela primeira vez e sequentemente nos anos seguintes, este Conselho de Ilha recusou-se sistematicamente a emitir pareceres e neste momento os pressupostos já são diferentes. São ações ténues que estão a seguir o seu caminho e marcam uma clara diferença entre essa altura e a atual realidade em 2024. Não tendo direito a voto, apenas posso deixar esta reflexão aos senhores conselheiros com direito a voto.

Conselheira Hélia Cardoso (deputada do CHEGA na ALRAA): Agradeço os esclarecimentos do senhor professor Álamo de Meneses e da senhora deputada Andreia Costa, que também explicou que aqui se trata do plano e não do orçamento. Como li todos os documentos, falei do orçamento mas temos que referir também a execução, porque é a execução que faz com que este seja um plano sério e credível e não apenas um documento com boas intenções.

O senhor professor Álamo referiu também que em São Miguel há um maior empenho na execução do plano do que nas restantes ilhas, mas não quero acreditar que o Governo Regional o faça porque isso não é autonomia e essa não seria a atitude de um Governo sério.

Quando olho para a execução de 2022, porque não há ainda dados finais da execução do plano de 2023 porque e a conta será apenas apresentada em junho, vejo que a administração pública está aqui com uma incapacidade de realização assustadora e são

oportunidades perdidas. Bem sei que o senhor representante do Governo Regional disse que há obras que não avançam por falta de empreiteiros, mas verifiquei que os sistemas de incentivos para os empresários tiveram uma execução de apenas 22 % em 2022. Será que os empresários não aderiram, não apresentaram projetos viáveis ou foi a administração regional que se perdeu mais uma vez nos seus percursos e análises? Assim a iniciativa privada não usufrui do que existe e continuamos com a subsidiodependência que é mais confortável para todos.

Existe uma prática antiga de colocar no plano, ações que são nitidamente de gestão corrente. A deslocação de outros doentes é orçamento comum mas o programa CEDO (Complemento Especial para o Doente Oncológico) consta no plano. Estas ações são confortáveis porque, felizmente ou infelizmente, a taxa de execução é sempre elevada, mas isto é exploração corrente. Vamos colocar o que é corrente no sítio certo e deixar o plano para investimentos nas pessoas e nas infraestruturas.

Conselheira Nídia Inácio (deputada do PSD na ALRAA): A respeito da subsidiodependência que o senhor presidente da Mesa referiu, subscrevo o que foi aqui dito porque são realmente as empresas que geram riqueza e penso que estamos a tentar minimizar esta forma de atuar, reduzindo o RSI e aumentando o emprego. Consultando o Jornal Oficial, verificamos que há uma série de empresas que têm recebido apoios para prestarem um melhor serviço à comunidade, uma preocupação que consta neste plano, e ao criarmos infraestruturas para os nossos idosos e para os casais jovens, estamos a contribuir para minimizar a subsidiodependência.

Em resposta ao senhor professor Álamo, este Conselho não é realmente um comício, mas na antiga Roma, os romanos reuniam-se em comício para resolverem determinadas questões. Quanto às «Eco-freguesias», antes aumentar do que reduzir e este Governo não está a cruzar os braços relativamente ao betão, mas há muito a fazer na requalificação de imóveis. Temos um edifício em frente à delegação da Assembleia que está abandonado há muitos anos e a Câmara Municipal já colocou lá vedações por questões de segurança. O Governo tem muitos casos para resolver em termos de requalificação e remodelação de imóveis abandonados.

Concordo mais uma vez com o senhor professor Álamo quando diz que o plano e orçamento da região arrasta uma má tradição desde os confins do tempo, algo que temos que melhorar. Como disse e muito bem o senhor conselheiro Marcelo Pamplona, estamos a governar em duodécimos e a senhora deputada Andreia Costa sugeriu que, numa futura reunião do Conselho de Ilha, analisássemos a execução do plano e orçamento da região autónoma dos Açores.

Conselheiro Marcos Couto (CCAH, presidente da Mesa): Aquando da vossa visita à Câmara do Comércio, tivemos oportunidade de conversar sobre todas as nossas propostas, tal como há pouco reiterei aqui, mantendo a minha coerência e a coerência do documento que foi entregue a todos os partidos que tiveram a oportunidade de nos visitar.

Conselheiro Carlos Costa Neves (em representação da AMAH): Peço uma compreensão antecipada para a minha intervenção que resulta da reflexão que tenho feito desta e de anteriores reuniões do Conselho de Ilha. As senhoras e os senhores deputados representam-me na Assembleia Legislativa Regional, ou seja, representam a região mas são eleitos por um círculo de ilha, portanto devem representar o Conselho de Ilha.

Procurando ser muito franco e direto com todo o respeito e consideração que tenho por cada um de vós, se este debate for maioritariamente feito entre os senhores deputados, adultera-se um pouco a natureza do próprio Conselho de Ilha. Acho que as senhoras deputadas e os senhores deputados deveriam ouvir o debate do Conselho de Ilha com a presença das forças vivas – cujo parecer eu não conheço porque não sei o que as várias áreas têm para dizer – para depois transportarem essas preocupações para as vossas discussões. Dá-nos um certo gosto ouvir aqui de forma antecipada o que vai ser a discussão daqui a um mês, mas é inconsequente. Agradeço muito o vosso debate, as vossas achegas e defesas intransigentes do Governo ou as posições antigoverno, mas fico pouco esclarecido. Acho que a minha posição e a dos restantes conselheiros aqui presentes com direito a voto, é assegurar-nos que somos ouvidos, mas não é o que se tem passado.

Um segundo aspeto que gostaria de realçar é a visibilidade do Conselho de Ilha. Tive a oportunidade de participar no lançamento de um livro de ex-presidentes do Governo e ex-presidentes da Assembleia Legislativa Regional, moderado por uma figura conhecida que se chama Armando Mendes. A certa altura, enquanto falávamos de autonomia e do significado de cada uma das ilhas, perguntei-lhe que importância atribuía ao Conselho de Ilha e se tencionava fazer a cobertura da reunião. Não me respondeu que sim nem que não mas disse-me qualquer coisa do género: «Se não se encontrar uma solução de emergência, em junho deixaremos de ter o Diário Insular. Não temos condições financeiras para enviar um jornalista para fazer a cobertura das reuniões importantes que se fazem na ilha Terceira.» Admitindo que me respondeu com sinceridade, confesso que esta afirmação me deixou muitíssimo preocupado.

Há para aí a rolar há algum tempo um programa de apoio à comunicação social da região. Não tenhamos ilusões que, sem comunicação social independente, não temos democracia porque permanecemos numa bolha sem forma de chegarmos às pessoas. Queria dar-vos nota desta preocupação recente porque nunca pensei que a situação fosse tão dramática.

Quero manifestar também aqui a minha concordância com a importância da votação por unanimidade nos Conselhos de Ilha, que não se transfiram para aqui as divisões político-partidárias e sinto-me incomodado que se discuta mais política do que políticas, ou seja, mais política partidária e menos políticas do Governo. Em língua inglesa até se distinguem as duas palavras: «*Politics & policies*».

Não gosto muito do parecer anterior que diz: «*Tendo em conta o histórico de execução e o irrealismo do documento, nomeadamente no que diz respeito à desagregação espacial das verbas, o Conselho de Ilha entende por unanimidade, não se pronunciar sobre o mesmo.*»

Devemos debruçar-nos sobre o futuro das políticas de transportes marítimos e aéreos, mais do que colunas de investimentos, agregados ou desagregados, defendendo as posições essenciais que estão por detrás dos investimentos, que se fazem para alguma coisa. Dando o Porto das Pipas como exemplo, se não houver conteúdo, podem dar todos a volta à ilha que não adianta nada.

Está em causa muito mais do que é referido neste parágrafo do parecer e talvez falem aqui quatro ou cinco palavrinhas em relação à definição de políticas. Embora continue incomodado por não ter estado presente na última reunião por questões de doença, não me sinto totalmente confortável com este parecer e acho que devemos procurar uma certa unanimidade. Para além desta sugestão de se falar na definição de políticas, por mais que tente, não encontro um argumento lógico contra aquilo que o Conselho de Ilha disse há seis meses.

Se, há cinco meses num ato irresponsável, alguém votou contra o orçamento regional e provocou eleições antecipadas e se o Governo informou que iria apresentar o mesmo orçamento ou outro muito semelhante, nomeadamente no que diz respeito aos investimentos na ilha Terceira, não me parece que este Conselho de Ilha possa dar um parecer diferente do que deu há seis meses.

Falando com a maior clareza possível, se houver a oportunidade de se acrescentar três ou quatro linhas ao parecer, tornando mais clara a nossa posição, talvez se esbata esta questão do «histórico» porque temos um novo Governo. Só ganhamos credibilidade se repetirmos o voto de há seis meses, já que o documento é 95 % o mesmo.

Conselheira Vânia Ferreira (presidente da CMPV): Muito bom dia a todos.

A minha intervenção vai ao encontro da posição tomada pelo senhor professor Álamo de Meneses que marcou os trabalhos desta sessão. Mediante um intervalo de tempo tão curto, com tudo o que aconteceu nestes últimos meses e de acordo com a posição do município da Praia da Vitória, estou convicta que devemos manter exatamente a mesma posição e concordo com o senhor conselheiro Carlos Costa Neves quando refere que devemos complementar o nosso parecer como forma de manifestarmos o nosso descontentamento.

Temos nesta sala, representantes de várias instituições que não tiveram a oportunidade de partilhar connosco as suas opiniões acerca desta matéria que nos foi apresentada e sobre a qual é importante tomarmos uma posição. Se, há seis meses, entendemos que não tínhamos condições para tomarmos uma posição, hoje certamente também não a podemos tomar. Na altura tínhamos um maior número de conselheiros presentes na sala com condições para se manifestarem em relação às áreas que representam e hoje estamos numa situação mais fragilizada.

Deve ficar registado na nossa ata e ser dado conhecimento à Assembleia Legislativa Regional que uma das razões que nos impedem de tomar uma posição é a falta de condições para discutirmos este documento com todas as entidades. Se estivessem aqui representadas hoje, quero acreditar que algumas dessas entidades poderiam até estar satisfeitas com algumas das inscrições que constam neste plano e orçamento.

Não posso dizer que é tudo mau, mas também não é tudo bom. A nossa luta em defesa da ilha Terceira é querer sempre mais e melhor e gostaríamos de ver mais e melhor neste documento que mostra o trabalho que tem sido feito com esforço, evidenciando uma perspetiva de continuidade, mas não é suficiente. Sabemos que se vivem tempos difíceis mas não se vive só de boas vontades.

Na defesa do município da Praia da Vitória, digo quando estou satisfeita e quando não estou também o faço, por isso acho que hoje devemos manter exatamente a mesma posição. Se, há seis meses tivemos fragilidades em avaliar este documento e entendemos tomar aquela posição, hoje muito mais.

Conselheiro Francisco Ventura (em representação da AAIT): Muito boa tarde a todos os senhores conselheiros.

A posição da Associação Agrícola da Ilha Terceira em relação a este plano é a mesma da última reunião do Conselho de Ilha e quero que fiquem aqui registadas algumas questões que preocupam o principal setor económico desta ilha. A Associação Agrícola da Ilha Terceira é imparcial, já o deu a entender aos diversos governos ao longo dos anos e trabalhamos com toda a gente em defesa da agricultura e dos interesses dos nossos associados.

Entristece-me que hoje tenham sido aqui discutidos vários assuntos e pouco ou nada se tenha falado da agricultura. Falou-se dos rateios, uma medida importante para os agricultores, mas a agricultura é muito mais do que isso. Os agricultores estão a passar por momentos difíceis com o pior preço do leite que é praticado no país, à exceção da ilha Graciosa que tem outras condicionantes. Os caminhos agrícolas estão cada vez mais degradados e danificam as viaturas, o que provoca muitos constrangimentos à nossa atividade.

Uma outra questão que vem sendo constantemente adiada são as vias paralelas à Via Vitorino Nemésio. Aquele troço desde a entrada para o campo de golfe até à Quinta dos Açores não serve apenas a agricultura porque faz a ligação entre a estrada do mato e a Via Vitorino Nemésio. Quando chove, aquele caminho fica uma desgraça, transforma-se numa autêntica ribeira e até mesmo as cabras têm dificuldade em circular por ali.

É importante que se olhe para a agricultura como um parceiro económico e um parceiro do turismo. Sou agricultor e sei que os turistas gostam de visitar as nossas pastagens, tirar fotografias e até andar no meio das vacas. Se os agricultores não estiverem todos os dias a desenvolverem a sua atividade, muito dificilmente vamos ter turismo na ilha Terceira. Temos algumas belezas naturais mas sem a agricultura não temos turismo.

Um outro fator preocupante é a média de idades dos agricultores que é cada vez mais elevada devido a todas estas dificuldades, por isso devemos cativar os jovens para esta atividade. É preciso que ninguém tenha medo de falar da agricultura, que faz parte do ADN da nossa ilha e é uma preocupação da Associação Agrícola da Ilha Terceira.

Conselheiro Paulo Barcelos (Os Montanheiros): Começo por dizer que compreendo a senhora presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória mas não concordo totalmente com o que disse.

Como todos sabemos, a posição que este Conselho de Ilha tomar hoje vai ter pouco ou nenhum peso mas terá o mesmo daquela que foi tomada em outubro passado, independentemente de estarem aqui mais ou menos conselheiros, porque a nossa decisão não pode ficar refém dos que não estão presentes em representação de diversas entidades deste concelho. Como disse há pouco, a minha apreciação deste documento é exatamente a mesma que fiz acerca daquele que nos foi apresentado há seis meses. É muito fácil elaborar um plano que nos contente e o mais complicado é acreditarmos no que nele está escrito.

O nosso parecer será emitido com base no facto de acreditarmos ou não que estes investimentos vão ser efetivamente executados. Quando vemos, por exemplo, 3 milhões de euros para investir em saúde na ilha de São Miguel e 2,5 milhões para a Terceira, sabemos que aqueles 3 milhões servirão para uma estrutura qualquer naquela ilha e os 2,5 milhões vão ser aplicados na compra de equipamentos para todos os hospitais da região. São Miguel acaba por beneficiar de um investimento real de 4,5 milhões de euros, a Terceira fica com 500 mil e o resto é distribuído por outras ilhas, ou seja, há uma determinada quantia afeta à ilha Terceira que não se vai traduzir num investimento real.

Afinal, vamos emitir um parecer com base no que nos é apresentado ou naquilo em que acreditamos? Infelizmente não consigo separar as duas coisas porque a tradição ainda é o que era em termos do que nos é apresentado e o que realmente costuma acontecer. O facto de, há seis meses não termos apresentado um sentido de voto acerca daquele documento é já por si o nosso sentido de voto. Não temos que votar sim ou não; recusámo-nos a apreciar aquele documento porque não o considerámos credível e agora farei exatamente o mesmo. É esta a minha justificação.

Conselheiro José G. do Álamo de Meneses (presidente da CMAH): Subscrevo integralmente o que foi dito pelo senhor conselheiro Carlos Costa Neves porque, de facto, este Conselho deveria ter a orientação que ele aqui referiu, sendo essencialmente um fórum de discussão das diferentes entidades e nem sequer as câmaras municipais deveriam ter aqui um papel muito preponderante porque temos outros canais de diálogo com o Governo Regional.

Na sequência da intervenção do senhor deputado Pedro Pinto, não vale a pena estarmos sempre com o chavão que vamos investir nas pessoas e menos no betão porque, na sua essência, este é um plano de continuidade, mesmo em relação aos planos apresentados pelos deputados do Partido Socialista na altura em que estavam no Governo. A percentagem

em cada um dos lados é a mesma e só se diz que se está a investir nas pessoas para se justificar o facto de as coisas não aparecerem feitas. Do ponto de vista estrutural e das tais políticas, estamos exatamente na mesma, não há nenhuma alteração estrutural neste plano e continua-se a investir com a mesma intensidade no betão, no asfalto ou no que quiserem. Como se tem realizado menos, diz-se que se está a investir nas pessoas.

A mudança de ciclo político não se traduziu numa mudança estrutural do plano, portanto não devemos estar aqui a enganar-nos a nós próprios com afirmações que depois não são confirmadas pelos números. Peço-vos que vejam um plano dos tempos do Partido Socialista, façam as percentagens, comparem e digam-me o que aconteceu. É um desafio que fica para a nossa próxima sessão.

É urgente resolver nesta ilha os custos do contexto da má acessibilidade aérea e dos transportes marítimos, assim como os caminhos agrícolas, uma questão fundamental que foi aqui levantada pelo senhor conselheiro Francisco Ventura, representante da Associação Agrícola da Ilha Terceira. Veja-se o estado em que estão os caminhos agrícolas, importantíssimos para o funcionamento do setor agrícola que é basilar na nossa economia, com a necessidade de se transportar água daqui para ali. Estes custos de contexto oneram muito a atividade agrícola, reduzindo substancialmente a sua competitividade, à qual se soma a questão muito antiga dos cereais.

Estas preocupações relativas à economia da nossa ilha deveriam constar no plano, mas não constam e agora têm mais uma cambiante. Desde há uns tempos, passámos a receber uma cartinha simpática da parte do Governo Regional a dizer que a manutenção dos caminhos agrícolas deve ser feita pelas câmaras municipais. Nunca o foi e agora recebemos esta simpática missiva.

De acordo com o estatuto das vias terrestres, uma lei que existe há muitos anos mas nunca teve regulamentação, o Governo constrói os caminhos agrícolas mas depois são as câmaras municipais que os devem manter. Então, se temos que manter os caminhos agrícolas, temos que passar a mandar neles. O município não pode estar a pedir pareceres ao IROA sobre um caminho agrícola, quando tem a responsabilidade de o manter, e aí faço outra vez minhas as palavras do senhor conselheiro Carlos Costa Neves quando diz e com razão, que este «empastelamento» de competências não serve a ninguém. Se os caminhos agrícolas estão todos esburacados, é a Câmara Municipal que tem que os reparar, mas não manda nada.

Tenciono voltar a colocar esta questão na próxima reunião da Associação de Municípios, agora com maior acuidade porque já recebemos duas simpáticas cartas, uma delas de uma senhora que rebentou um pneu e partiu uma jante num caminho agrícola; entrou em contacto com o IROA para ser indemnizada mas disseram-lhe que a manutenção do caminho é da responsabilidade da Câmara, por isso a Câmara que pague o pneu. Não é um pneu que nos vai desgraçar mas é o princípio que está errado.

A outra carta que recebemos tem a ver com uma situação que resultou de um protesto de uns senhores agricultores a respeito de um caminho ali ao pé do aterro, dizendo para irmos lá arranjá-lo porque está uma miséria.

Volto a dizer que não há nenhuma alteração estrutural nem qualquer diferença de fundo quanto ao chavão repetitivo de se apostar mais nas pessoas e menos no betão. Façam as contas e mostrem isso. Para terminar, precisamos realmente de clarificar competências para que haja uma execução prática e real, caso contrário andamos aqui numa luta de cruzamentos que não conduz a lado nenhum.

Conselheiro Marcos Couto (CAAH, presidente da Mesa): Vamos fazer um intervalo de cinco minutos para ultimarmos o texto a ser apresentado ao Conselho de Ilha.

Intervalo de cinco minutos.

Conselheiro Domingos Cunha (presidente da AMAH, vice-presidente da Mesa): A proposta de texto é a seguinte:

«No seguimento da comunicação de 9 de abril do senhor Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, respeitante à Anteproposta de Plano para a Região Autónoma dos Açores para 2024, informa-se que o documento em questão foi presente à reunião ordinária do Conselho de Ilha da Terceira realizada em 29 do corrente, que deliberou:

– Ponto 1: *Considerando a ausência de justificação adequada das políticas subjacentes às propostas de investimento;*

– Ponto 2: *Considerando aquele que tem sido o histórico das execuções dos anteriores planos de investimento para a região autónoma dos Açores na ilha Terceira;*

– Ponto 3: *Considerando a manifesta desadequação da desagregação espacial das verbas do investimento;*

O Conselho de Ilha da Terceira entende, por unanimidade, não se pronunciar sobre o mesmo. Não obstante o anteriormente descrito, anexam-se a este parecer, os pareceres das diferentes entidades e personalidades que compõem este órgão e o solicitaram.»

Conselheiro Marcos Couto (CAAH, presidente da Mesa): A proposta de texto foi aprovada por unanimidade o que, mais uma vez, é de saudar.

Peço às diversas entidades que nos enviem os seus pareceres que pretendam anexar a este documento do Conselho de Ilha, tal como também fará a Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão por volta das 12h05m do dia 29 de abril de 2024, da qual se elaborou a presente ata que vai assinada pelos membros da Mesa do Conselho de Ilha da Terceira.

Os membros da Mesa:

Marcos Duarte Machado do Couto

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Paulo Manuel Martins Luís

José António Sozinho Azevedo